

SUMÁRIO

Introdução	17
1 O DIREITO	23
1.1 A Perspectiva Científica	23
1.2 Ciência do Direito e Linguagem.....	29
1.3 O Direito como um Sistema	37
1.4 Estado Democrático de Direito.....	42
2 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	49
2.1 Considerações Iniciais	49
2.2 Princípios Constitucionais Tributários	51
2.2.1 Princípios: Republicano, Federativo e da Autonomia Municipal.....	53
2.2.2 Princípio da Legalidade Tributária.....	68
2.2.3 Princípios da Isonomia Tributária e da Capacidade Contributiva	80
2.2.3.1 Solidariedade Social e Tributação	83
2.2.4 Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária.....	97
2.2.5 Princípio da Anterioridade da Lei Tributária	99
2.2.6 Princípio da Vedação de Utilização de Tributo com Efeito de Confisco	103
2.3 Lei Complementar em Matéria Tributária	104
2.3.1 Lei Complementar em Sentido Material e Formal. Problema da Hierarquia	104
2.3.2 Lei Complementar Tributária.....	112
2.3.3 Conteúdo das Normas Gerais de Direito Tributário.....	116
3 A NORMA JURÍDICA TRIBUTÁRIA	135
3.1 A Estrutura da Norma Jurídica	135
3.2 A Regra Matriz de Incidência Tributária.....	139

3.3	A Hipótese de Incidência.....	146
3.3.1	Considerações Introdutórias.....	146
3.3.2	Critério Material.....	156
3.3.3	Critério Temporal.....	158
3.3.4	Critério Espacial.....	160
3.4	A Consequência Tributária.....	161
3.4.1	Considerações Introdutórias.....	161
3.4.2	Critério Subjetivo.....	169
3.4.2.1	Sujeito Ativo	170
3.4.2.2	Sujeito Passivo	173
3.4.3	Critério Objetivo.....	180
3.4.3.1	Base de Cálculo	180
3.4.3.2	Alíquota.....	185
3.4.3.3	Local e Prazo de Pagamento.....	187
4	A REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA DO ISS	189
4.1	Considerações Preliminares.....	189
4.2	Evolução Histórica do ISS.....	197
4.3	A Hipótese de Incidência do ISS.....	198
4.3.1	O Critério Material.....	198
4.3.1.1	Natureza Jurídica da Obrigação.....	225
4.3.1.2	Relações com o ICMS e o IPI	229
4.3.1.3	A Lei Complementar de que Trata o Inc. III do Art. 156	247
4.3.1.4	A Lista de Serviços.....	257
4.3.2	O Critério Temporal.....	267
4.3.3	O Critério Espacial.....	269
4.3.4	A Questão da Incidência Condicionada ao Pagamento do Serviço.....	273
4.4	A Consequência Tributária do ISS	276
4.4.1	O Critério Subjetivo.....	276
4.4.1.1	Sujeito Ativo	276
4.4.1.2	Sujeito Passivo	277
4.4.2	O Critério Objetivo	285
4.4.2.1	Base de Cálculo	285
4.4.2.2	Alíquota.....	300
5	CONFLITOS DE COMPETÊNCIA ENTRE MUNICÍPIOS.....	307
5.1	Considerações Prévias	307

5.2 Princípio da Territorialidade da Lei Tributária.....	314
5.3 Estabelecimento e Estabelecimento Prestador.....	323
5.4 O art. 12 do Dec.-lei 406/68	331
5.5 A Jurisprudência do STJ e do STF	342
5.6 O Critério Espacial na Lei Complementar 116/03.....	351
5.7 A Regra do Domicílio do Prestador.....	368
5.8 A Ação de Consignação em Pagamento	373
5.8.1 Características do Direito Processual Tributário Brasileiro	373
5.8.2 Tutela do Direito à Observância da Regra Matriz do ISS	374
Conclusões Específicas	381
Capítulo 1.....	381
Capítulo 2.....	382
Capítulo 3.....	384
Capítulo 4.....	385
Capítulo 5.....	387
Conclusão Geral.....	391
Referências	393
Índice Alfabético	403